

## Da Avaliação e Reforma Curricular à Rede das Faculdades de Medicina: O Caminho da Qualidade (Angola, 2002-2014)<sup>1</sup>

Mário Fresta<sup>2</sup>

A avaliação do ensino superior, suas modalidades e tendências (tema do 4º FORGES) situa-se no cruzamento de recomendações internacionais com o contexto local e a cultura organizacional, devendo os estudos de caso ser compartilhados e debatidos para fomentar a aprendizagem comum. Nesse quadro, o presente relato expõe e discute o percurso da avaliação do ensino superior em Angola desde a sua sistematização em 2002 na Universidade Agostinho Neto (UAN) até à actual tendência de funcionamento em redes (2014), focalizada na educação médica.

A UAN desencadeou em 2002, no início dum mandato reitoral que preconizava “uma universidade moderna, unida, actuante”, um processo generalizado de reforma curricular tendo, para o efeito, nomeado um pró-reitor e alocado determinado orçamento. O processo prolongou-se por vários anos, mobilizando uma comissão *ad hoc* a nível central, apoiada por comissões *ad hoc* em cada unidade orgânica, destacando-se o resultado conseguido na avaliação da Faculdade e do curso de medicina da UAN que foi apresentado em diversos *fora* nacionais e internacionais.

A avaliação da educação médica (básica, pós-graduada e contínua) para, em primeira instância, controlar a qualidade e permitir a acreditação, está na ordem do dia a nível mundial, em parte devido à crescente mobilidade internacional dos médicos. Diversas instituições se ocupam dessa questão, com destaque para a *Associação Médica Mundial (WMA)*, a *Organização Mundial de Saúde (WHO)* e a *Federação Mundial de Educação Médica (WFME)*, tendo estas últimas estabelecido uma parceria estratégica nessa matéria a partir de 1970. Assim, a Faculdade de Medicina da UAN (FMUAN), tomando como base essas referências, organizou um “seminário inicial” em 2004, associado às comemorações anuais do Dia do Médico em Angola (26 de Janeiro) promovidas pela Ordem dos Médicos, o qual originou diversos documentos e conclusões onde destacamos que a reforma deveria ser necessariamente precedida e baseada num processo de avaliação sistematizado e consistente. Coincidentemente, a WFME concluíra e acabara de publicar os *Global Standards para Melhoria da Qualidade da Educação Médica Básica* (2003) concebidos como uma ferramenta para avaliação e reforma dos cursos de medicina. Consequentemente, o Decano da FMUAN exarou a Ordem de Serviço N.º 06/DFM-GD/2005 de 8 de Agosto criando a *Comissão de Avaliação Interna da Faculdade (CAIMF)* no quadro do *Centro de Estudos Avançados em Educação e Formação Médica (CEDUMED)* que fora criado em 2003 com a missão de promover a qualidade, desenvolver a avaliação e liderar a reforma curricular. Essa Comissão agregou outros peritos totalizando 24 participantes dos diversos corpos académicos (maioritariamente docentes, mas também gestores e estudantes), designou um secretariado científico e um secretariado administrativo, pesquisou referências e coligiu bibliografia e documentação, organizou a sua própria formação e aprovou a metodologia de trabalho e cronograma que se estendeu por 17 meses dos quais 12 foram estritamente ocupados com o processo de auto-avaliação. O estudo e aplicação dos *Global Standards* levou a CAIMF a efectuar algumas adaptações, o que aliás fora previsto pela WFME. Foram analisadas 9 áreas da Faculdade e do seu Curso de Medicina, nomeadamente a missão e objectivos, o programa educacional, a avaliação dos estudantes, o corpo discente, o corpo docente, os recursos educacionais, a avaliação da formação, a governança e administração, e os processos de renovação contínua. Em cada área foram caracterizadas diversas subáreas (total 36), através da resposta a perguntas padronizadas para decidir se cada uma cumpria com o padrão básico de qualidade (sim/não) e onde se situava no caminho da qualidade (5 categorias). A avaliação interna foi permanentemente disseminada e acompanhada pelos diversos órgãos da FMUAN e pelos principais *stakeholders* onde destacamos o Ministério da Saúde e a Ordem dos Médicos de Angola que indicaram representantes permanentes no processo. Os resultados foram consolidados na grelha de avaliação das subáreas estudadas - tendo-se concluído que a FMUAN cumpria o padrão básico em 21 subáreas (58%) e apenas 9 subáreas (25%) apresentavam algum desenvolvimento

<sup>1</sup> Comunicação ao 4º FORGES (Angola, 2014) no Painel 2 (A Avaliação do Ensino Superior: Modalidades e Tendências)

<sup>2</sup> Médico, Professor Titular da UAN, Director do CEDUMED. E-mail: [cedumed@fmuan.maxnet.ao](mailto:cedumed@fmuan.maxnet.ao) Tel.: +244.923636805

satisfatório de qualidade - e numa análise SWOT da instituição e do curso, suportados por uma extensa e rica bibliografia. O Relatório de Avaliação Interna foi aprovado pela Assembleia da FMUAN a 16 de Novembro de 2006 e foi publicado no *Website* da Faculdade e na Revista Angolana de Educação Médica (Número Especial, ano 4, FMUAN, 2006).

Posteriormente, a Faculdade de Medicina do Porto (FUMP) realizou a Avaliação Externa da FMUAN e os dois processos de avaliação foram sintetizados no *Relatório de Avaliação Institucional da FMUAN*. Como corolário, a FMUAN compilou e publicou o Guia Informativo 2009 (com o Plano de Estudos do Curso de Medicina vigente), aprovou o seu *Plano de Desenvolvimento Estratégico* (equivalente ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI) e o *Plano Plurianual 2008-2010*, na base dos quais a Direcção da Faculdade atribuiu diversas responsabilidades e tarefas aos órgãos da instituição e a grupos de trabalho. No quadro da reforma, foi aprovado na FMUAN o *Perfil do Médico em Angola* e a proposta do novo *Plano de Estudos do Curso de Medicina* (macrocurrículo), sendo toda a documentação encaminhada superiormente para competente tratamento em final de 2009.

No domínio da educação médica pré-graduada em Angola, havia surgido no ano 2000 um novo curso de medicina (privado) a que se acrescentaram mais seis cursos públicos em 2008/2009 (dos quais um afecto às Forças Armadas e os outros cinco com Assistência Técnica da República de Cuba) e, em 2012, um segundo curso privado, totalizando nove cursos de medicina. Com essa expansão, as questões colocadas na proposta de reforma curricular da FMUAN (2009) passaram a ter implicações de maior latitude e a sua implementação aguardou melhor oportunidade; no entanto, essa experiência e a documentação produzida têm influenciado o funcionamento da FMUAN e, numa forma geral, das demais Faculdades de Medicina em Angola. A acreditação da FMUAN e do seu curso de medicina, um dos resultados esperados do processo de avaliação, ficou pendente da existência dum organismo nacional competente para o efeito.

O redimensionamento do ensino superior Angolano em 2009/2010 (passando de uma para sete universidades públicas correspondendo a igual número de regiões académicas, a que se adicionou uma oitava região em 2014) repercutiu-se favoravelmente nessa expansão da educação médica básica. Por outro lado, no que concerne à formação pós-graduada técnico-profissional em Angola, o Colégio de Pós-Graduação criado em Novembro de 1986, sob tutela dos Ministérios da Saúde e da Educação, organizou desde então os internatos de especialidade nos Hospitais mais diferenciados do país (assim como o reconhecimento de especialidades médicas realizadas no exterior), sendo substituído a partir de 2004 pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação em Ciências Médicas, tutelado unicamente pelo Ministério da Saúde. As especializações que tradicionalmente têm sido oferecidas em Luanda (até agora nas “grandes” especialidades) estão actualmente em expansão pelas várias regiões académicas aproveitando (e reforçando) os cursos de medicina e hospitais docentes aí existentes. Para além disso, desde 2004 têm sido oferecidos alguns cursos de mestrado e de pós-graduação (lato sensu) em saúde, maioritariamente pela Universidade Agostinho Neto. No quadro da educação médica contínua, várias Hospitais e Clínicas vêm-se afirmando através da organização regular de encontros científicos e de cursos de curta duração, muitas vezes associados aos primeiros. Para além das instituições formadoras (Faculdades de Medicina, Hospitais, Escola Nacional de Saúde Pública e outros) e respectivas tutelas (Ensino Superior, Saúde, Ciência e Tecnologia), a Ordem dos Médicos de Angola (com os seus Colégios de Especialidade) tem sido um importante *stakeholder* desses processos, enquanto os Governos Provinciais (e respectivas Direcções de Saúde) são também envolvidos no âmbito das Regiões Académicas.

O Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (19 de Maio de 2010) incluiu, pela primeira vez, o Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (INAAES), depois substituído pelo Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) com Estatuto Orgânico de 29 de Outubro de 2013, como órgão do novel Ministério de Ensino Superior, encarregue de promover e monitorar a qualidade dos serviços prestados pelas Instituições do Ensino Superior (IES), bem como a certificação dos estudos superiores feitos no País, o reconhecimento de estudos e emissão de equivalências de cursos feitos no exterior do País.

Este quadro de franca expansão e diversificação dos actores e acções no *continuum* da educação médica em Angola gera uma dinâmica de “coopetição” (cooperação e colaboração, por um lado, mas também salutar

competição, por outro) e coloca questões novas ao nível sistémico em termos de regulação, qualidade, avaliação e acreditação. Uma questão reiteradamente debatida é em que medida os diversos curso de medicina devem ser uniformizados ou diversificados.

Reagindo e proagindo aos desafios atrás referidos, o CEDUMED tem desenvolvido desde a sua criação um conjunto de acções em prol da qualidade da educação médica (a referida avaliação do curso de medicina a que se acrescenta a oferta de duas edições do mestrado em educação médica; a edição experimental da revista angolana de educação médica; a oferta de cursos de curta duração; a apresentação de conferências e comunicações; o desenvolvimento de projectos de investigação e a orientação de trabalhos de fim-de-curso, entre outras) muitas das quais em colaboração com outras Faculdades de Medicina e instituições da saúde nacionais ou em cooperação com parceiros internacionais.

Reconhecendo a relevância crescente da educação médica, as Ordens dos Médicos dos Países Lusófonos realizaram em 2010 e em 2011 – simultaneamente aos Congressos da Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP) – as I e II Reuniões de Educação Médica da CMLP (esta última em Luanda). É de realçar ainda que o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) identifica, entre vários projectos visando “assegurar a qualidade da formação médica e de outras profissões de saúde os Estados Membros da CPLP”, a constituição da Rede de Faculdades de Medicina (RFM) a qual foi objecto de alguns estudos, tendo havido um primeiro encontro de Directores de Faculdades de Angola e Moçambique (Lisboa, Abril de 2013). A III reunião dos Ministros da Saúde da CPLP (Maputo, 12 de Fevereiro de 2014) aprovou o Plano de Acção do PECS que cria (ente outros) um Grupo de Trabalho (Angola, assessorada pela FIOCRUZ E IHMT) para redinamizar a institucionalização da referida RFM.

Em Angola, é de destacar que em 2011 o Ministério do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia, com a parceria da Ordem dos Médicos, realizou um *workshop* sobre formação médica congregando todas as escolas médicas nacionais e o CEDUMED, onde este apresentou a sua experiência de Avaliação e Reforma que foi tomada como uma referência por todas as instituições participantes. Em 2012, a Universidade Agostinho Neto promoveu a realização do I Encontro de Educação Médica, organizado pelo CEDUMED no quadro da Faculdade de Medicina da UAN, também com a participação das demais escolas médicas de Angola e está agendado para 6 e 7 de Novembro de 2014 o II Encontro de Educação Médica dedicado ao tema “Educação à Distância e Telemedicina”. Em Julho de 2014, a Organização Mundial de Saúde da Região Africana organizou em Brazzaville a *Technical Consultation on Medical Education and Training* sob o lema “Ao encontro da necessidade de melhorar a qualidade e relevância em África”; nesse encontro, que contou com a participação dos principais organismos internacionais (WFME, WMA, CAMES, AMSA) para além de numerosas escolas médicas africanas (tendo participando por Angola o CEDUMED, a FMUAN e a Faculdade de Medicina da UKB, esta última já com Certificação ISO 9001) concluiu-se que a avaliação e acreditação são indispensáveis para promover a qualidade e relevância da educação médica na região.

Em conclusão, a educação médica em Angola está em franco desenvolvimento, havendo nove cursos de medicina licenciados, início da expansão territorial e diversificação das especializações médicas, oferta gradual de pós-graduações académicas e crescimento da educação médica contínua. Para além das Faculdades de Medicina, respectivas Universidades e sua Tutela Governativa, da Escola Nacional de Saúde Pública, de Hospitais e Serviços de Saúde, esse processo envolve a Ordem dos Médicos e seus Colégios de Especialidade, o Conselho Nacional de Pós-Graduação em Ciências Médicas, os Governos Provinciais congregados em Regiões Académicas, o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior e diversos *stakeholders*. A complexidade, riqueza e experiência nacional em matéria de educação médica (no cruzamento dos sectores do ensino superior, da saúde e da ciência e tecnologia) pode servir de exemplo para a avaliação e acreditação no subsistema do ensino superior do País. Os *Global Standards* da WFME (actualizados para a educação médica básica em 2012), já em utilização por diversas Faculdades de Medicina nacionais, podem generalizar-se como ferramenta para a avaliação e reforma, no quadro dum sistema de controlo de qualidade. A instituição de Redes de Faculdades de Medicina (a nível nacional, na lusofonia e na região africana) pode contribuir significativamente para o fortalecimento dos sistemas de avaliação e acreditação, promovendo a qualidade, pertinência e relevância da educação médica.